



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

Seleção Pública para Estagiários de Nível Superior no Programa de Estágio Não Obrigatório do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

DIREITO

Informações Gerais

- Este caderno é composto de OITO PÁGINAS, contendo CINQUENTA questões.
- NÃO ABRA O CADERNO ANTES DE RECEBER AUTORIZAÇÃO DO FISCAL DE SALA.

Instruções

- Verifique se as seguintes informações estão corretas no cartão de respostas: nome, área a que concorre, número da identidade e número de inscrição. Se houver erro, comunique ao fiscal.
- Nada deve ser escrito ou registrado no cartão de respostas, além de sua assinatura e da marcação das respostas. Para isso, use apenas caneta de corpo transparente, azul ou preta.
- Após ler as questões e escolher a alternativa que melhor responde a cada uma delas, cubra totalmente o espaço que corresponde à letra a ser assinalada no cartão de respostas.
- As respostas em que houver falta de nitidez ou marcação de mais de uma letra não serão registradas, não pontuando para o candidato.
- O cartão de respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado.
- Não haverá substituição do cartão de respostas.

Caderno de Questões

- Ao receber autorização para abrir este caderno, verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, comunique imediatamente ao fiscal.
- O tempo disponível para fazer a prova e preencher o cartão de respostas é de TRÊS HORAS. Nada mais poderá ser registrado após o término desse prazo.
- Ao terminar a prova e a marcação do cartão de respostas, entregue ao fiscal este caderno e o cartão de respostas.
- Nas salas de provas, os(as) candidatos(as) não poderão usar relógio digital, boné ou óculos escuros, nem portar arma de fogo, fumar e utilizar corretores ortográficos.
- Será eliminado da Seleção Pública o candidato que, durante a prova, utilizar qualquer meio de obtenção de informações, eletrônico ou não.
- Será também eliminado o candidato que se ausentar da sala levando consigo qualquer material de prova sem autorização da Coordenação da Seleção Pública.
- O candidato que desejar levar este caderno somente poderá se ausentar da sala de provas meia hora antes do horário previsto para seu término.

LÍNGUA PORTUGUESA E REDAÇÃO OFICIAL

1. Marque a única alternativa que apresenta o panorama da comunicação oficial segundo o Manual de Redação da Presidência da República:

- A) Quem comunica é o serviço público ou instituição privada; o que se comunica são assuntos relativos às atribuições do órgão que comunica e/ou assuntos que atingem instituições privadas; e o destinatário é sempre o público e, por vezes, entidades, como o Poder Executivo ou outros Poderes.
- B) Quem comunica é sempre o serviço privado; o que se comunica é sempre algum assunto relativo às atribuições do órgão que comunica; e o destinatário dessa comunicação são entidades públicas, do Poder Executivo ou dos outros Poderes.
- C) Quem comunica é sempre o serviço público; o que se comunica é sempre algum assunto relativo às atribuições do órgão que comunica; e o destinatário dessa comunicação é o público, uma instituição privada ou outro órgão ou entidade pública, do Poder Executivo ou dos outros Poderes.
- D) Quem comunica é sempre o serviço público; o que se comunica é sempre algum assunto relativo às atribuições dos órgãos privados relacionados com os Poderes; e o destinatário dessa comunicação é o público, uma instituição privada ou outro órgão ou entidade pública, do Poder Executivo ou dos outros Poderes.
- E) Quem comunica é sempre o serviço público; o que se comunica é sempre algum assunto relativo às atribuições do órgão que comunica; e o destinatário dessa comunicação é uma instituição privada e/ou outro órgão público, sendo, por vezes, do Poder Executivo ou dos outros Poderes.

2. Com base nos atributos que caracterizam as redações oficiais, marque a alternativa que contém alguns dos seus aspectos fundamentais:

- A) Impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, informalidade
- B) Neologismo, impessoalidade e coesão
- C) Estrutura dos expedientes, formas de tratamento, informalidade
- D) Clareza, concisão, formalidade e uniformidade
- E) Coesão, especificidade, elaboração, neologismo

3. Suponha que Mariana é servidora do Tribunal de Justiça do Estado X e precisa enviar uma comunicação oficial para um setor que está hierarquicamente em nível superior ao seu. A partir da situação narrada e com base no Manual de Redação Oficial da Presidência da República, é correto afirmar que o fecho a ser utilizado é:

- A) Cordialmente
- B) Atenciosamente
- C) Amistosamente
- D) Respeitosamente
- E) Att.

4. De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República (ed. atualizada), analise as afirmativas abaixo:

I - Em uma correspondência oficial, o signatário é a pessoa que assina o texto.

II - Para autoridades de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior, a comunicação oficial deve apresentar, como fecho, a expressão "Respeitosamente," antes da identificação do signatário.

III - Na identificação do signatário de referida comunicação, deve constar, abaixo do local da assinatura, o nome e o cargo da autoridade que expede a mensagem.

Marque a alternativa **correta**:

- A) Somente a afirmativa II está incorreta
- B) As afirmativas II e III estão incorretas
- C) Somente as afirmativas II e III estão corretas
- D) Todas as afirmativas estão corretas
- E) Todas as afirmativas estão incorretas

5. Em relação ao signatário na redação oficial, identifique a única alternativa **incorreta**:

- A) Na identificação do signatário, depois do nome do cargo, não é possível utilizar os termos interino e substituto
- B) Na identificação do signatário, o cargo ocupado por pessoa do sexo feminino deve ser flexionado no gênero feminino
- C) Em palavras com hífen, após se optar pelo uso da maiúscula ou da minúscula, deve-se manter a escolha para a grafia de todos os elementos hifenizados: pode-se escrever "Vice-Presidente" ou "vice-presidente", mas não "Vice-presidente"
- D) O vocativo é uma invocação ao destinatário. Nas comunicações oficiais, o vocativo será sempre seguido de vírgula
- E) Na hipótese de comunicação com particular, pode-se utilizar o vocativo Senhor ou Senhora e a forma utilizada pela instituição para referir-se ao interlocutor: beneficiário, usuário, contribuinte, eleitor etc.

6. Leia o texto e marque a alternativa **correta**. (adaptada)

A Francisco Ramos Paz
[RJ, 19 nov. 1869]

Meu caro Paz.

Estimo muito e muito as tuas melhoras, e sinto deveras não ter podido ir ver-te antes da tua partida para a Tijuca. Agradeço-te as felicitações pelo meu casamento. Aqui estamos na Rua dos Andradas, onde serás recebido como um amigo verdadeiro e desejado.

Infelizmente ainda não te posso mandar nada da continuação do drama. Na tua carta de 8 deste-me parte da tua moléstia e pediste-me que preparasse a cousa para a segunda-feira próxima. Não reparaste certamente na impossibilidade disto. Eu contava com aquele adiantamento e a tua carta anulou todas as minhas esperanças.

Não imaginas o que me foi preciso fazer desde segunda-feira à noite até sexta-feira de manhã. De ordinário é sempre de rosas o período que antecede o noivado; para mim foi de espinhos. Felizmente o meu esforço esteve na altura de minha responsabilidade e eu pude obter por outros meios os recursos necessários na ocasião.

Teu amigo e colega

Machado de Assis. ASSIS, Machado de

(Correspondência de Machado de Assis 1860-1869)

Diante da leitura do texto, verifica-se que, da relação interlocutória, a carta está redigida:

- A) Com expressões técnicas, exclusivas da área jurídica
 - B) Em registro informal, tendo em vista a relação de amizade existente entre o remetente e o destinatário
 - C) Em registro técnico, pois há uma relação profissional entre o remetente e o destinatário
 - D) Majoritariamente em linguagem formal, mesmo havendo uma relação íntima entre os interlocutores
 - E) Com jargões para aproximar o remetente do destinatário
7. O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa introduziu algumas alterações na escrita de variados vocábulos. Analise as alternativas abaixo e indique a alternativa que apresenta as palavras grafadas em conformidade com as alterações do Acordo:
- A) Microondas - crêem
 - B) Ideia - voo
 - C) Anti-social - vôo
 - D) Apóia- sequência
 - E) Óbvio-idéia
8. Assinale a alternativa **incorreta** no que diz respeito à concordância verbal e/ou concordância nominal:
- A) Quando cheguei, já havia seis pessoas na fila.
 - B) Usei caderno e caneta emprestados na reunião.
 - C) A maior parte dos trabalhadores vai aceitar o acordo salarial.
 - D) A maior parte dos trabalhadores vão aceitar o acordo salarial.
 - E) Fazem dez anos que não vou a Recife.
9. Os tempos verbais indicam as formas como ocorrem as ações, estados ou fenômenos expressados pelos verbos. Observe a frase a seguir: "O que se sabe é que essas situações de estresse 'agravam' as suas dores nas mãos e nos punhos". A partir da leitura, indique a alternativa correta para a conjugação do verbo destacado no futuro do pretérito do indicativo:
- A) ... essas situações de estresse "agravariam" as suas dores nas mãos e nos punhos
 - B) ... essas situações de estresse "agravaram" as suas dores nas mãos e nos punhos
 - C) ... essas situações de estresse "agravarão" as suas dores nas mãos e nos punhos
 - D) ... essas situações de estresse "agravavam" as suas dores nas mãos e nos punhos
 - E) ... essas situações de estresse "agrava"; as suas dores nas mãos e nos punhos
10. Dentre as alternativas abaixo, marque a alternativa que apresenta **um erro de concordância**:
- A) Mais de um funcionário soube do ocorrido
 - B) Ele foi um dos que iniciaram esse projeto das flores
 - C) Naquela loja, precisam-se de ajudantes
 - D) Eu e você sabemos o endereço correto
 - E) O gerente e os auxiliares fizeram um excelente trabalho

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. Sobre o Poder Judiciário, nos termos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa **incorreta**:
- A) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria relativa de seus membros.
 - B) Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.
 - C) Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.
 - D) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
 - E) Compete privativamente aos tribunais propor a criação de novas varas judiciárias.
12. Em relação às funções essenciais à Justiça, previstas na Constituição Federal, tem-se o Ministério Público, que possui como princípios institucionais:
- A) A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional
 - B) A unidade, a divisibilidade e a independência funcional
 - C) A unidade, a indivisibilidade e a dependência funcional
 - D) A pluralidade, a indivisibilidade e a independência funcional
 - E) A pluralidade, a divisibilidade e a independência funcional
13. No que toca à Constituição, seu conceito, classificações, supremacia, bem como sobre os princípios, a aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais, assinale alternativa **incorreta**:
- A) Existem várias acepções para definir o termo "Constituição", motivo pelo qual alguns autores preferem estudá-la sob diferentes sentidos, a exemplo do sentido sociológico, político, jurídico, entre outros.
 - B) Entre outras classificações da Constituição, há aquela relativa à forma, que as distingue em dogmáticas ou históricas.
 - C) Acerca dos diferentes métodos de interpretação das normas constitucionais, tem-se o método da comparação constitucional, segundo o qual a interpretação dos institutos se implementa mediante a comparação de distintos ordenamentos.
 - D) Para além dos métodos de interpretação constitucional, há princípios específicos de interpretação, entre os quais o princípio da unidade da Constituição, segundo o qual deve ser interpretada como um todo.
 - E) Segundo o princípio da força normativa da Constituição, ao solucionar conflitos, os aplicadores devem conferir a máxima efetividade das normas constitucionais.
14. Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que contém um dos princípios fundamentais da República:
- A) Universalidade
 - B) Legalidade
 - C) Desenvolvimento nacional
 - D) Dignidade da pessoa humana
 - E) Da independência nacional

- 15.** Durante uma noite de outono, Maria, passando pela frente de uma casa, percebe que o proprietário, João, desmaiou no jardim e ingressa no imóvel para prestar socorro. Considerando a situação hipotética e as disposições constantes na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:
- A) Maria atuou incorretamente, pois a entrada no imóvel sem consentimento do morador é sempre proibida, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo.
 - B) Maria atuou incorretamente, pois a entrada no imóvel sem consentimento do morador é permitida apenas em casos de flagrante delito.
 - C) Maria atuou incorretamente, pois a entrada no imóvel sem consentimento do morador é permitida apenas com a permissão do morador ou por determinação judicial durante o dia.
 - D) Maria atuou corretamente, pois a entrada no imóvel sem consentimento do morador é permitida para prestar socorro, a qualquer hora do dia ou da noite.
 - E) Maria atuou corretamente, pois a entrada no imóvel sem consentimento do morador é permitida nos casos de emergência que envolvam risco de morte iminente e, por determinação judicial, em qualquer horário, seja durante o dia ou à noite.
- 16.** Raquel e Isaque, um casal de cidadãos americanos, estavam de férias no Brasil quando ocorreu uma intercorrência médica que resultou no nascimento prematuro de sua filha, Luísa. De acordo com a Constituição Federal brasileira, pode-se afirmar que Luísa:
- A) Poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados
 - B) Não poderá ser elegível para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República em futuras eleições
 - C) Para ser considerada brasileira, é necessário que resida ininterruptamente no país por um ano e comprove idoneidade moral
 - D) Não poderá ocupar o cargo de oficial das Forças Armadas, em virtude de seus pais serem estrangeiros
 - E) É brasileira naturalizada e pode prestar concurso público
- 17.** Considerando os direitos políticos e as normas previstas na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:
- A) Aqueles que são analfabetos ou têm mais de 65 anos de idade possuem a faculdade de optar ou não pelo alistamento eleitoral e voto
 - B) É possível que estrangeiros se alistem como eleitores, desde que comprovem cinco anos de residência fixa no Brasil
 - C) Analfabetos são inelegíveis e não podem votar
 - D) Alistamento eleitoral e domicílio eleitoral na circunscrição são condições de elegibilidade
 - E) Os conscritos podem votar
- 18.** Com relação ao Poder Judiciário, assinale a alternativa correta:
- A) É vedado ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí instalar a chamada Justiça Itinerante, principalmente no que se refere aos juizados especiais
 - B) O Conselho Nacional de Justiça é órgão do Poder Judiciário, desprovido, contudo, das funções jurisdicionais típicas
 - C) O Supremo Tribunal Federal é o órgão competente para julgar originariamente o crime político
 - D) A súmula vinculante não é de observância obrigatória pelo Superior Tribunal de Justiça
 - E) Judiciário nacional não pode ter férias coletivas
- 19.** A Administração Pública Indireta é formada por entidades administrativas que, por sua vez, realizam serviços de maneira descentralizada. Nesse sentido, são consideradas instituições da administração pública indireta:
- A) Fundações públicas, autarquias, empresas públicas
 - B) Confederação, federação, estados
 - C) Federação, estados, municípios
 - D) Sociedades mistas, empresas públicas, secretarias de governo
 - E) Autarquias, parcerias público-privadas, secretarias e ministérios
- 20.** Em determinada situação em que a Administração Pública, com a instauração do devido processo administrativo, aplica ao servidor público uma dada penalidade, é correto afirmar que o fez com fundamento no poder:
- A) Regulamentar
 - B) Disciplinar
 - C) Vinculado
 - D) Discricionário
 - E) De polícia
- 21.** Conforme os ensinamentos da Lei nº 14.133/2021 acerca das modalidades de licitação, relacione adequadamente as modalidades às suas respectivas características:
- (1) Concorrência
 - (2) Concurso
 - (3) Leilão
 - (4) Pregão
 - (5) Diálogo competitivo
- () Modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.
- () Modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- () Modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.
- () Modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.
- () Modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser: menor preço; melhor técnica ou conteúdo artístico; técnica e preço; maior retorno econômico; e maior desconto.
- A sequência está correta em:
- A) 2, 4, 5, 3 e 1
 - B) 1, 3, 5, 4 e 2

- C) 2, 5, 4, 3 e 1
D) 1, 4, 5, 3 e 2
E) 5, 2, 4, 1 e 3
- 22.** Com relação às normas constitucionais de Direito Administrativo, analise as alternativas a seguir e assinale a **incorreta**:
- A) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
B) O prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.
C) Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
D) O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
E) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
- 23.** O art. 37 da Constituição Federal de 1988 elencou expressamente os princípios aos quais deve se submeter a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **com exceção de**:
- A) Impessoalidade
B) Moralidade
C) Eficiência
D) Legalidade
E) Supremacia do interesse público
- 24.** É cediço que sem determinadas prerrogativas aos agentes administrativos, o Estado não poderia atingir os fins a que se destina. Essas prerrogativas são conhecidas como “poderes administrativos”, os quais podem ser vistos nas seguintes alternativas, **com exceção de**:
- A) Poder discricionário
B) Poder regulamentar
C) Poder de polícia
D) Poder hierárquico
E) Poder institucional
- 25.** São atributos do ato administrativo aqueles que indicam qualidades ou características inerentes aos retromencionados atos, **salvo**:
- A) Presunção de legitimidade e veracidade
B) Imperatividade
C) Autoexecutoriedade
D) Tipicidade
E) Finalidade
- 26.** Os contratos administrativos guardam determinadas peculiaridades que os diferenciam dos contratos privados, a exemplo das cláusulas exorbitantes, que decorrem diretamente da lei e configuram prerrogativas de direito público conferidas pela lei exclusivamente à Administração Pública, haja vista sua atuação na qualidade de poder público. Considerando o conceito e as características dos contratos administrativos, assinale a alternativa **incorreta**:
- A) Os contratos administrativos são regidos predominantemente pelo direito público
B) No âmbito dos contratos administrativos não há verticalidade da relação jurídica entre a administração e o particular
C) Os contratos administrativos, via de regra, são contratos pessoais, celebrados *intuitu personae*, o que exige que o contrato seja levado a termo pela mesma pessoa (física ou jurídica) se obrigou perante a administração
D) O objeto dos contratos administrativos consiste em uma relação jurídica relativa a qualquer bem, direito ou serviço que seja do interesse da administração pública, ou necessária ao desempenho de suas atividades – obras, compras, fornecimentos, locações, alienações, serviços, concessões
E) Os contratos administrativos enquadram-se na categoria de contratos de adesão
- 27.** A lei 11.340/06, também conhecida como Lei da Maria da Penha, dispõe, em seu art. 46, que entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação. Neste caso, é correto dizer que esta lei:
- A) Tem *vacatio legis* expressa
B) Tem *vacatio legis* tácita
C) Tem *vacatio legis* presumida
D) Não tem *vacatio legis*
E) Tem *vacatio legis* exclusiva
- 28.** No que diz respeito à aplicação da lei pelo magistrado, a Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro dispõe que “quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito”. Assim, podemos concluir que a lei é a principal fonte do direito. No que diz respeito à lei, é correto afirmarmos que:
- A) Quando a lei for omissa, o magistrado não terá outras fontes de julgamento, ficando impossibilitado de julgar
B) Não se destinando a uma vigência temporária, a lei terá vigor até que uma outra lei a revogue ou modifique
C) De regra, uma lei que foi revogada irá se restaurar com o passar do tempo
D) Na aplicação da lei, o juiz não terá que observar seus fins sociais
E) Em alguns casos, é possível que não seja aplicada a lei àquelas pessoas que não a conhecem ou não a leram
- 29.** Acerca das pessoas naturais, analise as assertivas abaixo e depois assinale a alternativa que contém a sequência correta:
- () A capacidade de fato ou de exercício das pessoas naturais não se confunde com a capacidade de direito, pois esta última é adquirida no nascimento com vida, enquanto a primeira é adquirida, de regra, com a maioridade civil.
- () Dentre as formas de cessação da incapacidade das pessoas naturais temos o casamento civil e o exercício de emprego público comissionado.
- () A existência da pessoa natural termina com a morte, não se admitindo morte presumida na legislação brasileira.
- () São relativamente incapazes de exercer pessoalmente

os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos e os pródigos.

() Os menores que já tenham 16 (dezesesseis) anos podem ser emancipados por seus pais em cartório, mediante instrumento público, independentemente de ordem judicial.

- A) V, F, V, F, V
- B) F, F, V, V, F
- C) V, F, F, F, V
- D) F, F, F, F, F
- E) V, V, F, F, V

30. No que diz respeito às pessoas jurídicas, leia as afirmativas abaixo e depois assinale a alternativa correta:

I – São pessoas jurídicas de direito público interno a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios, os Municípios e os Estados estrangeiros.

II – As fundações, sejam públicas ou particulares, são pessoas jurídicas de direito privado.

III – As fundações e as associações têm em comum o fato de que ambas não têm finalidade lucrativa.

IV – Os partidos políticos, as escolas e as organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito público.

V – O fiscal das fundações é o Ministério Público.

É correto o que se afirma:

- A) Apenas em III e V
- B) Apenas em I, II e III
- C) Apenas em I, IV e V
- D) Apenas em II e III
- E) Em todas as afirmativas

31. Acerca do domicílio, é correto afirmarmos que:

- A) O domicílio da pessoa natural é onde ela se encontra, mesmo que de férias
- B) Se a pessoa natural tem várias residências, onde alternadamente viva, qualquer delas será considerada seu domicílio
- C) A pessoa que não tem residência habitual não tem domicílio
- D) A pessoa incapaz e o servidor público têm domicílio de voluntário
- E) O local onde a pessoa vota é o seu domicílio de eleição

32. A validade dos negócios jurídicos requer:

- A) Boa-fé; agente capaz; e anuência
- B) Agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou determinável; e forma prescrita ou não defesa em lei
- C) Objeto lícito, possível, determinado ou determinável; agente capaz; e boa-fé
- D) Forma exigida em lei; objeto lícito; e agente capaz
- E) Anuência; manifestação da vontade; e boa-fé

33. Segundo o CPC, considera-se julgamento de casos repetitivos a decisão proferida em sede de:

- A) Incidente de resolução de demanda repetitiva
- B) Recurso especial repetitivo
- C) Recurso extraordinário repetitivo
- D) Improcedência liminar do pedido

E) As hipóteses previstas nas assertivas “a”, “b” e “c”

34. Sobre o regramento dos prazos à luz do CPC, marque a assertiva correta:

- A) Os atos processuais serão realizados sempre nos prazos convencionados pelas partes
- B) Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato
- C) Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridos 15 (quinze dias)
- D) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 30 (trinta dias) o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte
- E) Será considerado intempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo

35. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos legais ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito:

- A) Determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze dias), a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado
- B) Indeferirá a petição inicial
- C) Suspenderá o curso do processo
- D) Cancelará a distribuição do feito
- E) Proferirá sentença extinguindo o feito sem resolução de mérito

36. Analise as alternativas abaixo e assinale a correta:

- A) Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide; quando entre as causas houver conexão pelo pedido ou pela causa de pedir; ou nas hipóteses em que ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.
- B) Em nenhuma hipótese é dado ao juiz o poder de limitar a quantidade de litisconsortes em um processo.
- C) O litisconsórcio será facultativo quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- D) Havendo assistente simples na demanda, a parte principal não poderá reconhecer a procedência do pedido, desistir da ação, renunciar ao direito sobre o que se funda a ação ou transigir sobre direitos controvertidos sem a anuência do assistente.
- E) Com o advento do Código de Processo Civil de 2015, restaram extintos os institutos do litisconsórcio unitário e do assistente litisconsorcial.

37. Analise as alternativas abaixo sobre os recursos no ordenamento processual civil brasileiro e assinale a alternativa correta:

- A) Na falta da cópia de qualquer peça ou no caso de algum outro vício que comprometa a admissibilidade do agravo de instrumento, deve o relator julgá-lo inadmissível de plano.
- B) A apelação será interposta por meio de petição dirigida ao juízo de primeiro grau, devendo conter os nomes e a qualificação das partes, a exposição do fato e do direito, as razões do pedido de reforma ou de decretação de nulidade e o pedido de nova decisão.

- C) O legislador retirou do CPC/2015 a previsão de aplicação de multa nas hipóteses de embargos de declaração protelatórios.
- D) Para impugnar decisão proferida por relator, caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal. O agravo será distribuído entre os membros do colegiado, devendo ficar excluído o relator do processo no qual fora proferida a decisão impugnada por meio do agravo interno.
- E) Em regra, o recurso de apelação no ordenamento processual civil não possui efeito suspensivo, passando a sentença a produzir efeitos de imediato.
- 38.** São causas de extinção da punibilidade, segundo o Código Penal, **exceto**:
- A) A reabilitação do agente
- B) O perdão judicial, nos casos previstos em lei
- C) A retratação do agente, nos casos em que a lei admite
- D) A renúncia do direito de queixa ou o perdão aceito, nos crimes de ação privada
- E) A retroatividade da lei que não mais considera o fato como criminoso
- 39.** Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, configura:
- A) Peculato
- B) Corrupção passiva
- C) Tráfico de Influência
- D) Advocacia administrativa
- E) Prevaricação
- 40.** De acordo com as disposições do Código Penal, assinale a alternativa correta:
- A) Considera-se praticado crime quando ocorre o resultado, independentemente do momento em que a ação ou omissão ocorreu.
- B) A compensação de culpa é totalmente válida quando ambos os indivíduos agiram com imprudência, negligência ou imperícia ao cometer o crime.
- C) É possível a alegação de estado de necessidade, mesmo que o indivíduo tenha o dever legal de enfrentar o perigo.
- D) Quando o agente pratica o fato no exercício regular de direito, não há crime.
- E) Entende-se em legítima defesa quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar.
- 41.** Constitui circunstância atenuante, o agente ter praticado o delito:
- A) Prevalecendo-se de relações domésticas
- B) Em estado de embriaguez preordenada
- C) Por motivo de relevante valor social ou moral
- D) Com 22 anos de idade
- E) Mediante paga ou promessa de recompensa
- 42.** Em tese, aquele que usa violência ou ameaça contra um funcionário competente ou quem está auxiliando na execução de um ato legal pode cometer o crime de:
- A) Corrupção ativa
- B) Desacato
- C) Exercício arbitrário das próprias razões
- D) Resistência
- E) Desobediência
- 43.** Sobre os recursos previstos no Código de Processo Penal, assinale a alternativa que contém a medida adequada à impugnação da decisão que indefere o pedido de prisão preventiva veiculado pelo Ministério Público:
- A) Carta testemunhável, no prazo de 5 dias
- B) Recurso em sentido estrito, no prazo de 5 dias
- C) Agravo de Instrumento, no prazo de 10 dias
- D) Mandado de Segurança, no prazo de 120 dias
- E) Apelação, no prazo de 5 dias
- 44.** No que se refere à prisão, medidas cautelares e liberdade provisória, assinale a alternativa correta:
- A) Poderá ser concedida fiança nos crimes de tortura
- B) Considera-se fundamentado o decreto preventivo que se limita a invocar súmula vinculante, tendo em vista o seu efeito erga omnes
- C) A prisão preventiva poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares
- D) A fiança poderá ser prestada somente até a audiência de instrução e julgamento
- E) A medida cautelar de comparecimento periódico em juízo não pode ser aplicada isoladamente
- 45.** O direito que cada cidadão tem de saber, de antemão, qual o juiz ou tribunal que irá julgá-lo caso pratique um crime é o chamado princípio:
- A) Do juiz natural
- B) Acusatório
- C) Inquisitório
- D) Do contraditório
- E) Da ampla defesa
- 46.** Marque a opção **incorreta**:
- A) Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal
- B) Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação privada
- C) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão
- D) Nos crimes de ação privada, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, nomeará advogado para promover a ação penal
- E) Considerar-se-á pobre a pessoa que tenha renda mensal inferior a 20 (vintosalários-mínimos)
- 47.** Marque a opção **incorreta**: Segundo o CPP, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar:
- A) A existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato
- B) A existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente
- C) A incompetência absoluta do juízo
- D) Que o fato narrado evidentemente não constitui crime
- E) Extinta a punibilidade do agente

48. Sobre a competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a alternativa que se encontra de acordo com a Lei n.º 12.153/09:

- A) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 40 (quarenta salários mínimos).
- B) Incluem-se na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as ações de mandado de segurança.
- C) É possível a submissão ao Juizado Especial da Fazenda Pública de causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas, desde que o valor desses bens seja inferior ao valor de 60 (sessenta salários-mínimos).
- D) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.
- E) Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de 24 (vinte e quatro) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas não poderá exceder o valor de 60 (sessenta salários-mínimos).

49. De acordo com a Lei n.º 4.376/91, que dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Juizados Especiais Cíveis e Criminais, integram o Sistema Estadual de Juizados Especiais, **exceto**:

- A) Os Juizados Especiais Cíveis
- B) Os Juizados Especiais Criminais
- C) As Turmas Recursais Cíveis
- D) O Pleno do Tribunal de Justiça
- E) As Turmas Recursais Criminais

50. A Constituição Federal, em seu artigo 98, inciso I, dispõe que a União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau. Nessa perspectiva, nos termos da Lei Federal nº 9.099 de 26 de setembro de 1995, assinale qual das opções **não** se enquadra nos critérios orientadores do processo nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais:

- A) Formalidade
- B) Oralidade
- C) Celeridade
- D) Simplicidade
- E) Economia processual